

Viriato Soromenho-Marques à CNN: "A mentira antiga era aquela em que se procurava enganar o nosso adversário, mas sabíamos o que era a verdade"

ENTREVISTA, PARTE 1 ||

<https://cnnportugal.iol.pt/viriato-soromenho-marques/filosofia/viriato-soromenho-marques-a-mentira-antiga-era-aquela-em-que-se-procurava-enganar-o-nosso-adversario-mas-sabiamos-o-que-era-a-verdade/20260105/6952a091d34e3caad84ce3b2>

Tiago Palma

05 01 2026 às 07:00



ENTREVISTA, PARTE 1 || Hoje, criámos uma sociedade em que a própria mentira “se torna uma mentira moderna” — e hoje ainda os mentirosos “acreditam que a sua mentira é verdade”. Quem o diz é um filósofo e, a partir dessa frase-lâmina, abre o mapa do presente (e do que aí vem) sem enfeites: um mundo em que inventamos e usamos tecnologia mais depressa do que a conseguimos governar, uma Europa que nasceu como promessa política de paz e que tantas vezes se tornou máquina de regras, guerras que rearrumam alianças e espalham sobressaltos, o clima como um limite

Na casa de Setúbal, onde os livros não ficam só pelas estantes — avançam pelas divisões, encostam-se às paredes e dão à cozinha —, Viriato Soromenho-Marques fala devagar e com precisão, puxando datas, episódios, nomes, e voltando sempre ao mesmo gesto repetido: nomear o que vê. É filósofo e professor, mas também alguém com um percurso antigo de militância cívica e ambiental, e isso sente-se no modo como a conversa não procura um efeito de palco: procura chão, sempre chão. Foi uma conversa comprida, daquelas que atravessam a manhã e a tarde, em que as perguntas

vão mudando de lugar, hão de regressar mais tarde, e a casa de Setúbal vai ficando mais silenciosa à medida que o mundo, lá fora, entra pela porta inteiro.

A certa altura, para resumir o ano e o nosso tempo, escolhe uma palavra e decide justificá-la como quem desenha um mapa para quem lê: “Distopia”. Explica-a pela sombra mais antiga, a utopia, lembrando Thomas More e a ideia de que o sonho moderno não falha por falta de ambição, mas por desmedida — quando os instrumentos que inventámos para melhorar a vida começam a mandar na vida. A conversa ganhará então uma cadência própria: a cada pergunta um seu exemplo, a cada exemplo há uma ligação entre ciência, poder, guerra, economia e democracia — palavra que Viriato Soromenho-Marques diz que está gasta, usada como “chavão”.

Na entrevista, publicada em duas partes, há uma Europa descrita como projeto desviado e com uma “cidadania minguada”, uma política atravessada por interesses e por oligarcas que é só, afinal, “tecnofeudalismo”. Há o tempo em que a mentira deixa de ser expediente e é método — a “mentira moderna”, chama-lhe o filósofo. Há Gaza como uma imagem que nos inquieta. Há clima como conflito connosco próprios, o planeta “como prédio” e o prédio “como depósito”. E quando há Portugal, entra sem folclore: com a sensação de fragilidade e de curto prazo. E, no fim, ficará esta frase: “Ninguém sabe o que o futuro contém”.

"A União Europeia tem uma russofobia passional, emocional"

Não vamos falar de tauromaquia?

Não, professor. [Risos] Garanto que não vamos falar de tauromaquia. Vamos falar sobre o presente, mas também lançar alguma luz sobre o futuro. Mas há uma pergunta de que eu gostava de não abdicar. Se este ano que agora termina coubesse numa palavra, o que é que lhe ocorreria?

Eu acho que a palavra que mais se adequa, e vou justificar porquê, é distopia.

E nós sabemos que a palavra distopia se aplica hoje a muitas coisas. No fundo, e já agora esclareço para os leitores, distopia é o oposto de utopia. Numa utopia, de alguma forma, e começou por ser um género literário, desenha-se uma sociedade que o autor considera ideal. Curiosamente, a primeira utopia moderna é a de Thomas More, de 1516. Quer dizer, o pensamento utópico existia antes da palavra existir. E, na Utopia de Thomas More, a personagem que narra a história é um português, um navegador.

Rafael Hitlodeu.

Exatamente, que fala de uma ilha onde as pessoas vivem numa sociedade muito organizada.

A questão fundamental é: qual é a relação entre distopia e utopia? Na minha tese, a distopia não é necessariamente algo “oposto” à utopia: é uma utopia que se realiza desmesuradamente, por excesso. No fundo, o projeto moderno, o projeto que nasceu na Europa, da emancipação humana, da autonomia do ser humano, do pensamento crítico, da liberdade, de não sacrificarmos a deuses nem a ídolos, era um projeto, parece-me, louvável. A própria noção de direitos humanos tem a ver com isso. Se nós,

afinal, somos criaturas com dignidade própria, isso é positivo. Mas o que aconteceu neste processo foi que todos os instrumentos que criámos para realizar a nossa utopia se excederam de tal maneira que já não os controlamos.



E isto é muito curioso, porque a principal forma de realização da utopia na Europa, a partir das descobertas dos séculos XV, XVI e XVII, e depois também da revolução tecnológica, foi, fundamentalmente, através de instrumentos ligados à tecnociência. Portugueses e espanhóis foram pioneiros em novas técnicas de navegação que permitiram mapear o mundo. No resto da Europa, o Copérnico, o Kepler, desenharam os céus. E o que aconteceu foi que a utopia moderna se concentrou, sobretudo, na relação dos seres humanos com o mundo, numa perspetiva de conhecimento e dominação. Atualmente, isto está tão impregnado em nós, o mundo que desconhecíamos, mas também o mundo à nossa volta. Ou seja, todas as ciências hoje de ponta são ciências que têm a ver com isto.

Mas recentrando...

Sim. Estava a dizer que escolho a palavra distopia, fundamentalmente porque estamos a assistir, não apenas na Europa mas no mundo, à concretização de uma tendência que já tem vários séculos, mas que se adensou nos últimos 50 anos: os nossos problemas de agora, aquilo que nos ameaça, já não têm a ver com maldições dos deuses, ou com calamidades naturais inesperadas; têm uma relação direta com instrumentos tecnológicos de poder que fomos criando e que, neste momento, estão completamente fora de controlo.

Dou-lhe vários exemplos. Passámos de uma sociedade com energias relacionadas com a natureza, o músculo, o vento e a água, até ao século XVIII, e entrámos numa revolução industrial. A revolução industrial trouxe coisas fantásticas: mobilidade, capacidade, conforto. Mas hoje estamos com as alterações climáticas e não sabemos como sair disso. Há um século, os químicos descobriram uma combinação que permitia uma coisa

fantástica: os plásticos. Os plásticos permitem tanta coisa e hoje não temos maneira de sair disto: temos oceanos cheios de plástico, consumimos plástico.



Foto: Narciso Contreras/Getty Images

Nós também desenvolvemos a tecnologia da guerra. O grande problema da guerra sempre foi concentrar poder bélico, aumentar o nosso poder sobre o outro. Antigamente, quando as guerras começavam, os exércitos mobilizavam-se: era preciso chamar camponeses para se tornarem soldados, demorava tempo; depois era preciso que fossem a pé, a cavalo, até ao campo de batalha. Hoje temos todas as guerras do mundo concentradas nos silos terrestres de onde são lançados mísseis nucleares, sejam os ICBM [mísseis balísticos intercontinentais], sejam os ALBM [míssil balístico lançado do ar], ou ainda os mais perigosos de todos, os SLBM [mísseis balísticos lançados por submarinos].

E, entre tudo isso, os sistemas de informação.

Sim, os sistemas de informação são uma arma fundamental. E penso que esse é um bom tema, Tiago, porque o que está a acontecer nesta distopia é também a cegueira daqueles que têm apenas uma parte do poder, mas ainda assim muito importante: o poder político-militar, e que começam a acreditar nas próprias ficções que vão sendo produzidas para que as pessoas continuem a fazer a sua vida. Foi o que aconteceu este ano, particularmente aqui na Europa.

No meu caso, eu tenho um percurso biográfico muito associado à ideia de união de esforços entre povos, pela paz, e para combater o grande problema existencial, que é a crise ambiental. No fundo, nós estamos a destruir a Terra, estamos a destruir a casa: é como se habitássemos num prédio e usássemos as partes comuns, a atmosfera, os

oceanos, como depósito de resíduos. As partes comuns do planeta não pertencem, funcionalmente, a soberanias: são usadas como lixeiras. E, nessa perspetiva, não apenas lutei pela paz em termos internacionais, como também estive na luta contra os euromísseis há 40 e tal anos.

Hoje quase ninguém sabe o que isso foi.

Pois, já não se fala. Mas também lutei firmemente pelo federalismo europeu, um federalismo europeu a sério. Não é esta fantasia sombria que está a acontecer.

Considera que é uma excrescência, quase?

O que temos hoje é, de facto, uma coisa terrível. Eu já tinha escrito sobre isto, mas nunca pensei que chegássemos a este ponto, digamos, distópico: a transformação de um projeto de paz e aproximação dos indivíduos. E uma coisa tão bonita como o programa Erasmus, tão fantástico: três ou quatro milhões de jovens que conheceram a Europa como se fosse a sua segunda casa.

E que homenageia um dos maiores pensadores europeus de sempre, Erasmo de Roterdão.

É verdade. Um homem que era amigo do Thomas More, e, de certa forma, mais realista, e que escreveu o *Elogio da Loucura* [publicado em 1511]. Chegámos a uma situação em que o rosto da Europa se transformou de forma monstruosa.

Estamos a conversar horas depois de mais uma reunião do Conselho Europeu. E, ao assistir às declarações, nomeadamente do António Costa, julgo que há muito tempo os dirigentes europeus estão envolvidos numa espécie de neblina de húbri, de desmesura. Estão dentro de uma bolha. Uma coisa é a rivalidade estratégica entre potências, Estados Unidos e Rússia, por exemplo. Outra coisa é a atitude da União Europeia em relação à Rússia: uma russofobia passional, emocional. E quando as pessoas estão com paixão e emoção cometem erros contra os outros e contra si próprias.

Aquilo que esteve para acontecer, e que poderá acontecer ainda, é uma violação de regras fundamentais do sistema financeiro. Não é por acaso que a Comissão Europeia e o presidente do Conselho Europeu foram avisados por toda a gente: BCE, Reserva Federal norte-americana. E até se disse que o próprio Trump terá telefonado à senhora von der Leyen, alertando para os riscos de roubar, porque a expressão é essa, os *assets* [ativos] russos. Esses ativos estão no Euroclear, que é uma espécie de banco dos Estados, dos grandes fundos de investimento, dos grandes bancos. No fundo, correspondem a dívida pública europeia comprada: dinheiro que a Rússia emprestou aos países europeus e que se pretendia, pura e simplesmente, roubar. Roubar à luz de qualquer prudência e da própria lei, porque nós não estamos em guerra com a Rússia. Nós temos embaixadas russas a funcionar em todos os países da União Europeia. Portanto, isto é um gesto de desmesura.

E distópico?

Exato. E também é distópico agarrar no Tratado da União Europeia (TUE) e no Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) e fazer com eles tudo o que se pretende. O congelamento permanente e a gestão dos ativos russos foram feitos não usando, como deveria ser, o método da votação por unanimidade. Invocou-se, abusivamente, o mecanismo das “cooperações reforçadas” [artigo 20º do TUE e artigo 329º do TFUE] e

o artigo 122º do TFUE que apenas deveria funcionar em situações de calamidade e urgência extrema, e apenas para países da União Europeia.

Estamos aqui numa escalada.

No dia 15 de dezembro o Conselho da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança tomou uma decisão [2025/2572], num documento muito breve, assinado por Kaja Kallas, a Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, em que promulgava sanções contra 12 indivíduos, juntando-se esses nomes a uma lista anterior. Já tinham acontecido sanções contra entidades. Agora temos sanções contra cidadãos individuais, alguns cidadãos europeus. A Alemanha, por exemplo, já tinha promulgado sanções contra cidadãos alemães acusados de estarem ao serviço de Moscovo. Mas só isso. Isto faz-me lembrar uma linguagem do tempo do McCarthy, nos Estados Unidos: a russofobia não precisa do comunismo para existir.

E vou destacar aqui três pessoas sancionadas: duas cidadãs suíças e uma cidadã ucraniana. A Nathalie Yamb, suíça de origem camaronesa, nascida na Suíça, que tem feito um trabalho notável em comunicação, jornalismo, ensaísmo, ativismo. Jacques Baud, antigo e importante funcionário dos serviços de informação helvéticos, agora reformado: no YouTube basta pôr o nome e tem acesso a entrevistas, a trabalhos, entre os quais se encontram alguns livros de rigor inquestionável. É das pessoas que fala com mais independência, com mais seriedade, e foi considerado um agente russo. E uma jovem jornalista ucraniana chamada Diana Panchenko, muito jovem, mãe há dois meses: há fotografias dela com o bebé. Foi também sancionada

O que é que significam as sanções?

Significa que as pessoas deixam de poder circular no espaço da União Europeia, os seus cartões bancários e acesso a contas ficam congelados. E o caso mais incrível é o da Diana Panchenko.

Para si, foi sancionada porquê?

Porque fez trabalhos sobre a forma como é feito o recrutamento de soldados ucranianos, de forma violenta, por indivíduos não fardados, que vêm com carrinhas e apanham homens em idade de combater, robustos, não demasiado velhos, e os levam de forma violenta para quartéis, onde são obrigados a fazer recruta e depois enviados para a frente.

Como é possível que a União Europeia, que tem conhecimento, até porque os Estados Unidos têm revelado informação sobre corrupção em círculos dirigentes ucranianos, não sancione pessoas corruptas que estão a ganhar dinheiro à custa do sacrifício da vida dos seus concidadãos? Pessoas a quem nós pagamos, com os impostos dos cidadãos europeus. Como é possível que não tenham sido imediatamente sancionadas de forma a não poderem usar contas bancárias? Isto é distopia. Distopia da mais brutal.

"É um insulto chamarmos 'guerra' ao que acontece em Gaza: não é uma guerra, não há dois exércitos"

Falávamos da palavra “distopia” e acabámos por falar da Europa e do projeto europeu. Eu perguntava-lhe por outra palavra: a palavra mais gasta neste ano, ou neste tempo presente. Que palavra será essa?

Uma palavra gasta, e vilipendiada, tem sido a palavra “democracia”. Sobretudo quando é usada como chavão, como escudo de batalha, como arma de guerra.

Voltando à União Europeia: trata-se de uma instituição que usa a palavra democracia como um chavão, sobretudo porque “os que são contra” seriam ditaduras. Mas, se analisarmos com atenção, estas práticas são totalmente ilegais, contra direitos humanos: os sancionados não têm direito a conhecer a acusação, recorrer à justiça, a defenderem-se, a terem advogados que possam fazer a sua defesa antes de qualquer sentença entrar em vigor. O Conselho da União Europeia agiu como acusação, tribunal e polícia. Isto vai contra direitos elementares. Mesmo em ditaduras há processos. Por exemplo, na Alemanha nazi existiam processos, por monstruosos que fossem, mantendo uma aparência de legalidade, dando o papel central aos tribunais. Aqui temos uma paródia sinistra que esmaga o próprio princípio da separação de poderes

E estamos a falar de líderes que não foram eleitos diretamente pelos cidadãos. O federalismo não é isto. O federalismo implica que os eleitores elegem os governos dos seus países e, depois, elegem o governo da União dos Estados. Há uma dupla cidadania no federalismo. Aqui temos uma cidadania minguada. Não temos cidadania ao nível das instituições superiores, Conselho Europeu, Comissão Europeia, formações do Conselho da União Europeia.

A senhora von der Leyen chegou à Comissão em 2019 depois de casos polémicos na Alemanha. Foi ministra da Defesa. Houve polémicas com gastos. E, no seu currículo académico, também houve suspeitas de plágio. E entrou sem sufrágio, na habitual prática de consenso entre as formações partidárias, e de interesses, que dominam a pirâmide do poder político na UE. O Parlamento Europeu também funciona de forma estranha: os deputados são eleitos nos respetivos países com base em preocupações nacionais. Quando um partido ganha eleições europeias, não é porque os eleitores conheçam a diferença técnica entre Conselho Europeu e Conselho da União Europeia; é por causa de questões internas, de política doméstica. E, a partir do momento em que entram em Bruxelas e Estrasburgo, os eurodeputados tornam-se numa espécie de “empresários em nome individual”.

Veja: quando há um deputado que sai de um partido, ele permanece, invariavelmente, no Parlamento. Fica como independente. E as condições são soberbas. Um deputado do Parlamento Europeu ganha várias vezes o que o Presidente da República Portuguesa auferia.

Portanto, a democracia está a ser gasta em vão.

Enquanto, num federalismo a sério, o cidadão é cidadão duas vezes, com dupla soberania, na Europa temos uma situação em que não temos palavra na política europeia. E, a nível interno, a cidadania fica apenas para detalhes. Questões centrais, orçamentos, política monetária, financiamento da economia, estratégia de desenvolvimento, passam pelo visto bom da Comissão Europeia. Comércio externo, a mesma coisa.

E, pasme-se: mesmo em áreas em que o Tratado prevê soberania dos Estados, como Defesa, nós entregámos essa competência vital com a guerra da Ucrânia, sem revisão do TFUE. Os países — com exceção da Hungria há muito tempo, e agora também da Eslováquia e talvez da Chéquia —, alinharam.

E Portugal?

A distopia também atingiu Portugal, porque é a primeira vez que estamos numa situação de conflito, de possível escalada para o abismo bélico. Se conseguirmos escapar disto, isto é, se não houver guerra, os historiadores do futuro poderão ver estes acontecimentos como o início de um processo que levou a uma mudança, provavelmente, de regime constitucional no nosso país.

Falávamos de palavras, porque é um homem da palavra. Mas foi um ano de imagens, imagens fortes de devastação, militar e ambiental. Se este ano também coubesse numa imagem, qual seria?

A imagem, repetida de outros anos, infelizmente, que continua a ser mais dura, mais inaceitável, são as imagens da destruição em Gaza. As sucessivas mobilizações e deslocamentos forçados de centenas de milhares de velhos, mulheres, crianças, de um sítio para o outro, como se fossem gado. São tratados como animais, pior, porque os animais são tratados com algum respeito e não são abatidos assim.

Naquela pequena área, desde outubro de 2023, o exército e o governo israelitas têm esgotado um povo malnutrido, doente, sem hospitais, hospitais atacados deliberadamente, sem testemunhas, sem jornalistas, jornalistas foram deliberadamente assassinados, intelectuais também. Há uma mortandade que já nem vem nas estatísticas: a mortandade de deslocamentos, de dormir em precárias tendas, em condições debilitantes para a saúde. As imagens aéreas mostram onde dois milhões de pessoas viviam: agora há ruínas, milhares de cadáveres por enterrar, e tendas.

E isto volta à distopia, porque vemos a União Europeia, e, no caso da Alemanha e da Grã-Bretanha, de forma fanática, a apoiar o governo de Netanyahu. Na Grã-Bretanha há pessoas presas sem julgamento, em greve de fome. Na Alemanha, manifestações de apoio aos palestinianos são reprimidas.

Como é possível que um genocídio reconhecido como tal por instituições judiciais, pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), das Nações Unidas, seja tratado assim?

Para além do reconhecimento por parte do TIJ, de que Israel está a cometer um genocídio contra o povo palestiniano, também o Tribunal Penal Internacional pede a detenção de Netanyahu se ele visitar uma série de países, que reconhecem a sua jurisdição. E nós, na União Europeia, incluindo Portugal, continuamos a vender armas, continuamos a tratar Israel como um Estado normal, no Festival da Canção, no desporto, e chamamos “guerra” ao que acontece em Gaza. Não é uma guerra. Guerra acontece na Ucrânia: há dois exércitos equipados até aos dentes que lutam. O número de mortos civis é relativamente baixo, com um registo da ONU, na última contagem que vi, no final de novembro, de cerca de 14.534 mil civis no total, dos dois lados.



Foto: Haitham Imad/EPA

Em Gaza, chamar “guerra” é um insulto?

Chamar guerra a Gaza é um insulto. Aliás, uma das coisas mais perigosas, uma das coisas que mais me inquieta, e que me faz ter um prognóstico mais pessimista acerca do futuro, é compreender que, quando ouço representantes da União Europeia, ou secretários-gerais da NATO, Stoltenberg no passado, agora Mark Rutte, quando vejo alguns colegas meus a irem à televisão falar destas coisas, eu interrogo-me: será que eles não leram os livros fundamentais, que nos ajudam a perceber a realidade? Será que não conhecem a história? Será que estão apenas a desempenhar um papel? Ou acreditam mesmo?

Tenho a impressão de que Hannah Arendt já tinha previsto isto, em 1967 [num ensaio intitulado Verdade e Política]. Nós estamos a criar uma sociedade em que a própria mentira se torna uma “mentira moderna”.

Qual é a diferença?

A mentira antiga era aquela em que procurávamos enganar o adversário, mas sabíamos o que era a verdade. É a mentira militar, tipicamente. Por exemplo: na nossa história, em 1369, durante as Guerras Fernandinas, o castelo de Monção foi cercado. A população estava esfomeada, contudo uma mulher heroica, Deu-la-deu Martins, resolveu enganar os castelhanos: para simular uma abundância que não existia realmente, lançou as reservas de pão sobranter para os soldados sitiados. O inimigo caiu nesta mentira tática, julgando estarem os portugueses ainda com muitas reservas, e levantou o cerco. Isto é o exemplo de uma mentira tradicional. Uma mentira tática: é uma mentira que apenas engana o outro. Hoje a mentira transformou-se numa indústria e os próprios mentirosos acabam por confundir a sua mentira com a verdade. Com isso perde-se, como salienta Hannah Arendt, uma capacidade fundamental de orientação na política e na vida em geral.

"Não há nenhuma democracia na Europa onde não seja fator fundamental para chegar ao governo ter o apoio de interesses económicos"

Então deixa-me perguntar-lhe uma coisa a propósito disso, professor. Esta guerra da Ucrânia, de alta intensidade, e também a situação em Gaza, a quase desumanização ou total desumanização, o que é que nos tornou a nós, que devíamos decidir, que devíamos pensar? Tornou-nos mais cínicos? Ou mais medrosos?

Eu acho que a coragem, Aristóteles escreveu-o na *Ética a Nicómaco*, é a mãe de todas as virtudes. A veracidade, a temperança, no fundo, são virtudes. Mas a base de tudo é a coragem. Vivemos num tempo em que falta muita coragem.

Porquê?

Porque a coragem tem um custo. Estes homens e mulheres sancionados estão a pagar o preço da sua coragem. Mas o preço da coragem pode ser o da própria vida. No fundo, a maioria das pessoas começa a ver que a nossa democracia é uma democracia de conformismo, de potencial repressão: podemos colaborar em jornais de que somos expulsos não porque não sabemos escrever português, ou porque não tenhamos leitores, mas porque estamos a ser inconvenientes.

Ou desalinhados.

Ou desalinhados, exatamente. E aí temos de erguer a cabeça, ficar direitos e seguir em frente. Mas nem todas as pessoas têm condições para isso. E eu admito que uma característica do tempo que vivemos é esta: um tempo de grande desigualdade, um tempo de planeamento da desigualdade. Isto vê-se com clareza através dos dados empíricos. A desigualdade torna as pessoas menos corajosas. Se eu tenho um emprego frágil, se eu tenho um contrato a prazo, se eu tenho filhos, se a minha mulher está desempregada, se eu sou jornalista, por exemplo, eu sei o que me vai acontecer se eu fizer certas coisas.

Portanto, o regime intelectual na Europa hoje é de conformismo. Mas depois há um grupo de pessoas que dá o salto em frente para aquilo que eu chamaria a ofensa ética, o pecado moral: "Vamos lá ver se eu consigo ganhar alguma coisa com isto". E esses são os propagadores da mentira.

Porque a mentira é tentadora?

A mentira tem uma recompensa.

Se calhar mais evidente do que o pensamento livre. Ou mais imediato, pelo menos.

Muito mais imediato. O pensamento livre é um serviço grátis, para quem o pratica e nele acredita. E nós vivemos num tempo de niilismo. A minha primeira tese, a tese de mestrado, foi dedicada ao niilismo em Nietzsche. Fiquei agradavelmente admirado por verificar que o Emmanuel Todd, que é uma grande figura, embora eu não concorde com tudo o que ele escreve, sobretudo em algumas questões dos costumes, onde me parece mais conservador, vai chamar niilista ao comportamento dos Estados Unidos e do Ocidente. Diz que as ações, por exemplo a política externa dos Estados Unidos, seja com democratas, seja com republicanos, é uma política niilista: fundamentalmente, o que está em causa é "quanto é que vamos ganhar".



Foto: Jim Watson/AFP

Eça de Queirós, em 1866, escreveu um artigo sobre os Estados Unidos em que dizia que esse país estava dividido entre um certo idealismo, que levou, por exemplo, à Guerra Civil, e o “Deus dólar”. “No mundo onde Deus morreu”, era o Dostoiévski que o dizia nos Irmãos Karamazov, “tudo é permitido.”. Nietzsche dizia uma coisa fundamental, num fragmento que traduzi texto para português: “Se nós não fizermos da morte de Deus uma constante renúncia e uma contínua superação de nós próprios, teremos de suportar a sua perda”.

A "morte de Deus" não é uma coisa fácil.

É difícil. E temos de ser “super-homens”: elevar-nos. Porque se não nos elevarmos, baixamos da teologia para a idolatria. E o que estamos a ver é um nível de declínio muito grande. Podemos não acreditar em Deus, podemos ser agnósticos, até ateus, mas cada um de nós é um projeto existencial. E eu penso que há uma queda, e isto ultrapassa a nossa entrevista, mas eu tenho idade suficiente para comparar a forma como gerações de académicos e professores, sobretudo universitários, consideravam, por exemplo, o plágio, a superficialidade de uma análise, a lealdade à instituição e aos colegas, antes e agora.

Vou aproveitar essa ponta solta. Houve uma frase sua que me interessou e que eu anotei: a ideia de um "maniqueísmo fanático" que, em vez de uma diplomacia realista, "poderá incendiar o mundo". Que peso é que a academia e as universidades têm neste maniqueísmo de hoje? Também são parte?

Fazem parte.

Porque se eu pensar nas televisões, nos jornais, até na conversa de rua, eu percebo esse maniqueísmo. Nas universidades eu acharia que não estariam, mas estão?

Está nos “intelectuais orgânicos”. O pensador Antonio Gramsci, grande marxista italiano que morreu nas cadeias do Mussolini, falava disso. E voltamos sempre ao mesmo: o

que é que move alguém a abdicar do código da integridade intelectual? Da consciência de que a academia existe para dar um contributo, muitas vezes inefável, não mensurável de imediato à sociedade: distinguir, o mais corretamente possível, a realidade e as interpretações. Porque de interpretações boas depende uma boa decisão por parte de governos, empresas, enfim, todos os atores relevantes. A academia deve dizer ao governo que uma determinada linha política não tem suporte na realidade. Um economista sério numa grande empresa deve dizer ao conselho de administração: essa linha é errada por esta e por aquela razão. E nós vemos vozes conhecedoras na academia a serem silenciadas, porque elas existem. Eu conheço duas ou três pessoas que poderiam ajudar muito a formar uma política portuguesa para a Rússia, e que ajudaram no passado, mas que agora estão fora do espaço de influência.

Porquê?

Porque são pessoas que se respeitam. Mas, tanto na comunicação social como na academia, há sempre o mesmo fator: o financiamento. O dinheiro. Aquelas pessoas que alinham com uma versão perigosíssima dos acontecimentos veem a sua influência crescer e os seus financiamentos crescerem.

Vou dar-lhe um exemplo europeu. Hoje em dia, quem estiver à frente de um instituto de investigação e quiser concorrer a financiamento europeu já descobriu a palavra mágica que faz os avaliadores olharem com simpatia para os projetos: *dual use* [uso dual], ou seja, tudo o que possa ter uso civil e uso militar. Há uns anos era “sustentabilidade”, “combater as alterações climáticas”. Agora é a guerra: *dual use*. E isto é importante: nós temos no Ocidente, e aqui incluo os Estados Unidos, meios intelectuais mais do que suficientes para guiar a nossa política externa para uma situação não só de paz agora, mas para uma situação que não nos teria conduzido à guerra. Tudo o que eu sei sobre isto foi colhido em literatura ocidental. Mesmo o que sei sobre estratégia militar russa foi em obras de autores ocidentais, em revistas militares e de relações internacionais.

Temos tudo.

Sim. Em maio fiz um artigo para o *Jornal de Letras* em que colocava três fontes nossas, ocidentais, por acaso todas americanas: uma conferência de Jeffrey Sachs, um livro de outro autor e, sobretudo, um arquivo de 114 documentos relacionados com a guerra da Ucrânia, de 1990 até agora. Isto está tudo ao nosso alcance. A história de como chegámos a esta situação está documentada em livros fantásticos. Portanto, mais uma vez, o que está aqui em causa é a venalidade.

A venalidade?

Para os políticos atualmente no Ocidente, nas democracias do Ocidente, a venalidade é a regra. Não há nenhuma democracia na Europa onde não seja fator fundamental para chegar ao governo o apoio, direto ou indireto, de interesses económicos.

No caso francês, o Macron veio de onde?

Da banca.

O Friedrich Merz veio de onde?

Da BlackRock.

E a BlackRock, enfim, há quem diga que é uma das maiores empresas do mundo, há quem diga que tem uma estrutura parecida com as organizações que vemos nos filmes italianos sobre a máfia.

E o Starmer era um advogado de negócios.

Temos, de facto, uma oligarquia. O Yanis Varoufakis chama-lhe “tecnofeudalismo”: isto já não é capitalismo, é tecnofeudalismo. Os Estados Unidos são um bom exemplo: as grandes fortunas sempre compraram senadores e representantes, mas agora têm gente no governo. O governo do Trump tem, bom, o próprio Trump.

E tem a família.

E tem a família. Quando vai negociar coisas do Estado, negocia também negócios pessoais. Isto é tecnofeudalismo.

Quando temos a academia e o pensamento académico, quando temos também o jornalismo, eu vou dizer “aparelhados”, como é que podemos pensar, concretamente, o que os nossos líderes decidem em relação ao fim do genocídio em Gaza, à desescalada na Ucrânia, a uma não escalada nuclear, com esse pensamento aparelhado e essa informação aparelhada? Como é que podemos pensar soluções concretas para estes temas, que são os mais imediatos?

Fantástica pergunta. A minha interpretação não esgota a realidade toda. O facto de o Tiago, jornalista, estar aqui significa que nem todo o sistema está aparelhado. Existem órgãos de comunicação que ainda têm janelas de abertura. Há espaços de resistência.

Por outro lado: a realidade é dinâmica. A mudança na política dos Estados Unidos, com tudo o que tem de brutal, põe a nu uma brutalidade que já existia, só que antes estava envernizada. Agora partiu-se o verniz. E isso, paradoxalmente, tem aspetos positivos, porque ajuda a clarificar questões na Europa. Grande parte desta húbri europeia tem a ver com Trump, não tem a ver com Putin. Tem a ver com o facto de os Estados Unidos estarem a deixar de financiar a Ucrânia, e de dizerem: ou há um acordo de paz ou não há nada. E há uma ideia interessante: por que razão existe tanto encarniçamento, na União Europeia, em continuar a guerra? Porque continuar a guerra também é uma forma de os dirigentes atuais esconderem o desastre das suas políticas. Quando um povo está em guerra, não se fazem eleições, como ocorre na Ucrânia, e não se discutem os erros políticos cometidos.

Apesar de o Zelensky estar a ser pressionado por Trump para ir a eleições.

Exatamente.

E o mesmo serve para Netanyahu.

Que está sempre a fugir. E os tambores da guerra criam um ambiente que prolonga o conformismo e desencoraja as pessoas. Porque, se houvesse um acordo de paz, e uma distensão, os eleitores iam perguntar: por que razão andámos aqui a pagar e a sofrer? E há outra coisa: já viu a situação financeira dos Estados europeus? Alemanha incluída.

Alemanha e França.

A Alemanha terá mais de 3% de défice. A França tem 6%.

A Espanha também. A Itália também.

E mais uma vez a distopia: como é possível economias destas julgarem que “roubar” ativos russos é uma boa ideia? O que ia acontecer era diabólico. A Fitch já avisou os Estados europeus: no caso de haver sequestro dos bens russos, imediatamente o serviço da dívida, a taxa de juro, subiria. A Europa teria de pagar mais para se financiar.

Mas voltando ao ponto do “aparelhamento”.

Há zonas de resistência. E estamos a assistir ao aparecimento e ao fortalecimento de uma imprensa digital que, no fundo, acaba por ser alternativa. Ao contrário do que se diz, o digital não é “pecaminoso”. O digital tem coisas boas e más, como tudo na vida, e temos de saber fazer escolhas. Em contrapartida, a imprensa escrita e a imprensa tradicional têm hoje um grau de diversidade mínimo: temos editoriais escritos algures e repetidos. No digital, temos tudo: propaganda russa, propaganda ucraniana, propaganda da União Europeia, mas também tentativas sérias, onde as fontes são reveladas, os dados podem ser verificados, etc. Isto é muito importante: estamos a construir um novo espaço público, uma nova esfera pública. E os jornais tradicionais têm de fazer a sua escolha.

Falámos de como, com o fim da guerra, os governos justificariam os seus fracassos económicos. Falámos de liberdade de imprensa e de opinião. E eu queria entrar numa outra questão: a verdade factual. O professor convocou Hannah Arendt, aqui, e noutros textos. A verdade factual hoje está em perigo por toda a parte. A minha pergunta é: quem é que, hoje, tem autonomia, eu escolhi a palavra de propósito, para dizer “isto aconteceu, isto é a verdade”?

Eu diria antes isto: quem é que reconhecemos como autoridade para dizer isso? O que me está a dizer liga-se a uma coisa que eu comecei a dizer: um dos perigos fundamentais é os decisores confundirem verdade e mentira. E, num conflito, não avaliarem bem as consequências de um gesto, de uma escalada, e isso voltar-se contra todos nós. Seremos vítimas, com graus diferenciados, mas todos vítimas. Isto é um sinal da decadência do Ocidente. Outros países, mesmo pelos regimes que tinham, não tinham esta veleidade, esta pretensão.

A Hannah Arendt falava de algo muito interessante: a “imparcialidade homérica”. A Grécia foi uma civilização que, ao fundar a literatura ocidental, na *Ilíada* de Homero, 800 anos antes de Cristo, foi capaz de tratar com igual dignidade gregos e troianos. Os dois heróis, Aquiles e Heitor, são tratados com igual dignidade. Isto é notável, porque noutras civilizações a representação do inimigo era “apoucada”: no Egito, por exemplo, nos túmulos funerários, o faraó aparece como um gigante e os inimigos como homúnculos. Em contrapartida, Homero mostra o inimigo como um igual, e, no caso de Heitor, até com qualidades superiores às de Aquiles: Aquiles é o jovem cheio de testosterona, que quer a imortalidade pela violência; Heitor é o príncipe, casado, pai extremoso, estadista.

Nós passámos de uma situação em que a verdade factual chega ao ponto de considerar o inimigo como igual para este jogo de sombras: há os monstros diabólicos e “nós” somos a virtude. E Arendt dizia: nas sociedades do Ocidente, apesar do poder crescente dos oligarcas, a verdade factual tem alguns defensores, algumas testemunhas. Ela mencionava várias figuras: o cientista; o historiador imparcial...

E talvez até o parcial.

Sim. O filósofo. O juiz. Ela não dizia “o jornalista”, dizia “o repórter”, o que está no terreno. E, no dia em que deixarmos de ter, e de confiar, nestas profissões, temos um problema. Um problema de regime: de mudança cultural e política.

E há um problema suplementar, que é a inteligência artificial (IA).

Podemos falar de IA. Eu tenho seguido o tema. De 2023 até agora houve tentativas de manifestos para criar uma moratória, negociar uma moratória na IA, seis meses, um ano, para encontrar mecanismos de segurança que impeçam que esta corrida se volte contra nós. Hoje, cada vez que vamos à internet, vemos imagens de líderes políticos a dizer coisas e depois aparece um aviso: “Isto é IA”. Mas um dia podem meter o Putin, ou o Trump a declararem guerra e não pôr lá aviso nenhum. A ideia de que “uma imagem vale mais do que mil palavras” cai por terra.

"No dia em que a Europa se fragmentar, a primeira coisa que os europeus vão fazer, no dia seguinte, é tentar reerguê-la outra vez"

Nós estamos a falar de inteligência artificial só para falar de democracia. Estamos a falar de verdade e de mentira para se falar em democracia. E falando de Hannah Arendt, ela falava-nos de regimes totalitários: uma das condições para eles surgirem tem a ver com controlo da informação e com a mentira, ou com a ausência de verdade. O problema do nosso tempo é a mentira, ou a facilidade com que nos habituamos a ela e não a questionamos?

As duas coisas. Por essa ordem. Primeiro é preciso fabricar a mentira. Eu digo “fabricar” com rigor.

A invasão do Iraque, em 2003, foi fabricada. O Jeffrey Sachs, que acompanhou o processo, conta que em 2002 foi criado um *focus group*, pessoas bem pagas e com formação, reunidas durante muito tempo para encontrar a mentira que “pegasse”. Tratava-se de uma mentira que levasse o povo americano a apoiar o esforço de guerra. Veja o grau de miséria a que chegámos. Típico do regime totalitário. Podia ser no tempo de Estaline. No tempo de Estaline, os livros de história da revolução foram retirando fotografias dos líderes que ele matava. Trotsky desapareceu.

Sem inteligência artificial.

[Risos] Sem IA: era por maquilhagem. Hoje seria mais rápido.

Mas toca bem na ferida: o conformismo voluntário.

O que é uma opinião? O James Madison, quarto Presidente americano, um dos autores dos *Federalist Papers*, dizia que a opinião dos homens é frágil. E ninguém fica confortável se a sua opinião for partilhada por poucos.

Portanto, não é só propaganda.

Propaganda é também ouvir todos os dias as notícias matraqueadas de determinada forma. As notícias sobre Gaza são rápidas, as notícias sobre a Ucrânia têm repórteres no terreno, mostram edifícios, e falam com pessoas. Só que tudo é banalizado. E nunca se foca a causa e a solução. Existe também uma fragilidade humana: o desconforto de ficar sozinho num grupo minoritário, quando o esmagamento é total.

E, repare: temos uma espécie de totalitarismo a surgir na Europa, nos Estados Unidos...

E na América do Sul também.

E na América do Sul também. E esse totalitarismo implica não só inventar acontecimentos, como riscar informação: privar o acesso à informação, desencorajar o acesso à informação.

nota do editor: esta entrevista foi realizada antes da captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos

Negá-la.

Negá-la no sentido das “fake news”, como Trump faz. Eu tinha aqui apontamentos sobre a quantidade de grandes intelectuais ocidentais, sobretudo americanos, que desde 1990, 1991 tentaram chamar a atenção para isto. Por exemplo, o Daniel Patrick Moynihan, que era intelectual e senador por Nova Iorque. Eu estive nos Estados Unidos em 1997 e comprei um livro dele, *Pandemonium* [Pandemónio], quase profético. Foi dos que votou contra o alargamento da NATO. O primeiro alargamento concretizou-se em 1999. Ele votou contra. Foram 16 ou 17 senadores em 100, veja bem. Quem estava à frente do processo era o Biden.

Na altura senador.

Exatamente. O Biden dizia: “Este alargamento vai trazer-nos mais 50 anos de paz”. E Moynihan dizia: “We are walking into ethnic historical enmities. We have no idea what we are getting into”. [“Estamos a entrar em inimizades étnicas e históricas. Não fazemos ideia no que nos estamos a meter.”] Depois, Charles Kupchan, Michael Mandelbaum, e muita gente na diplomacia, todos tentaram chamar a atenção para isto. O último embaixador em Moscovo no tempo da URSS, que foi conselheiro do Reagan, o Jack Matlock, escreveu imenso também. Ele esteve naquela reunião em que James Baker prometeu: “To the east, not even an inch”. [“Para leste, nem uma polegada.”] E há um autor que acho particularmente interessante: George F. Kennan. Morreu com 101 anos. Foi o homem do *Long Telegram*, que guiou a política de contenção face à União Soviética. E foi um importante diplomata em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942. Ele disse coisas brutais: expandir a NATO seria o erro fatal da política americana no período posterior à Guerra Fria. E escreveu: “Such a decision may be expected to impel Russian policy in a direction decidedly not to our liking”. [“Uma decisão assim pode esperar-se que empurre a política russa numa direção decididamente do nosso desagrado.”] A política é ação-reação.

Deixe-me perguntar-lhe uma coisa, sobre a ascensão das direitas radicais, o surgimento de novos regimes totalitários, às vezes inseridos em organizações democráticas. Tal como Hitler, sem golpe de Estado, por via da democracia, estes líderes ascendem ao poder, e por via do voto. A minha pergunta é concreta: esse voto, hoje, é voto de protesto? É voto identitário? Ou é um voto desesperado de quem se sentiu abandonado?

Acho que todas essas categorias que definiu se verificam e somam-se. A questão é saber o que é mais crítico. A nossa situação na Europa hoje, e por isso é que temos de perceber que aquilo que dizemos está escrito em gelo fino, vai alterar-se. Mesmo sem guerra, a situação na Europa vai piorar: piorar economicamente e socialmente. E vamos ter pessoas na rua. Há um momento em que as pessoas vão para a rua. Em França, por exemplo, teremos manifestações cada vez mais violentas. Espanha provavelmente

também. Nós teremos mais desassossego. A Alemanha é diferente, mas nas eleições as coisas vão sentir-se.

A construção de um regime totalitário não é fácil. Mas a escolha, hoje, na Europa, não é entre democracia plena e não-democracia: é entre graus de cinzento. Já estamos em situações com traços que também existem em regimes totalitários: controlo da informação, perseguição da opinião diversa, repressão policial. Eu chamo a isto “entre a espada e a parede”. A espada é esta situação: temos Rússia e Estados Unidos a pretenderem uma solução negociada, em que a Ucrânia pagará um preço, ligado ao campo de batalha, mas a guerra termina, não há escalada. E temos a União Europeia a inverter Clausewitz: Clausewitz dizia que a guerra é a continuação da política; aqui parece que a política é a continuação da guerra. Somos o único sítio do mundo, neste momento, com uma política para continuar a guerra. Isto é a parede.

Mas para onde vamos?

Para onde vamos? Nós temos partidos conservadores e de direita muito diferentes entre si. O Rassemblement National já não é o que era no tempo do pai de Marine Le Pen. A Giorgia Meloni vem de um partido neofascista, com referências ao mussolinismo, e vemos que não é bem aquilo que se pensava. O Vox em Espanha igual. A AfD na Alemanha igual.

E há algo importante: na nova Estratégia de Segurança Nacional americana existe uma política escrita de apoio a mudanças de mudança de regime na Europa. Discriminam entre “Estados patrióticos” e “não patrióticos”. Isso significa apoio, prestígio, financiamento, a partidos da extrema-direita.

O movimento MAGA já o faz.

Já o faz. E isso torna tudo mais complicado.

Qual é, ou pode ser, a alternativa da Europa neste momento?

Esta União Europeia está a destruir os seus documentos para-constitucionais, destruiu as instituições, destruiu a economia, destruiu a credibilidade. Eu colaborei com a União Europeia durante vários anos. Primeiro, numa federação de conselhos de ambiente que aconselhava os países, e depois diretamente quando Durão Barroso era presidente da Comissão Europeia. Apesar das nossas diferenças, fáceis de perceber, a verdade é que ele me fez um convite para integrar um grupo: éramos 12, de vários países da União Europeia, pessoas com quem me senti muito honrado em estar, porque eram muito boas nas áreas em que trabalhavam. Esse grupo apoiou a Comissão Europeia entre 2007 e 2009, durante três anos, no sentido de se tentar encontrar uma proposta europeia que pudesse ser partilhada pela China, pela Índia, se possível pelos Estados Unidos, para encontrarmos uma resposta ao fim próximo do Protocolo de Quioto. O Protocolo de Quioto terminava em 2012 e combinou-se que a COP15, em Copenhaga, em 2009, seria o lugar para encontrarmos um outro instrumento que substituísse o Protocolo de Quioto. Foram três anos muito intensos de negociações internacionais: estivemos na Índia, em muitos países europeus, na China. Os chineses vieram, os indianos vieram, falámos com alguns americanos. E a União Europeia era respeitada.

Estive também, antes disso, na conferência mundial de ambiente de Joanesburgo, em 2002. E quando falávamos com africanos, com sul-americanos, eles escutavam-nos: não nos confundiam com os americanos. Atualmente, o que é que nós somos? Quem é que nos liga? Temos um discurso de gente irritada, de gente que está de mal com a

vida. O que é que temos para oferecer? Oferecer o quê? Esses empréstimos vão conseguir o quê? Vão conseguir matar mais gente. Vão conseguir que a Rússia conquiste mais território. E há uma dúvida geopolítica: a Rússia, que está por cima neste momento, vai deixar o acesso ao mar à Ucrânia? Vai deixar Odessa, fundada por Catarina II, uma cidade russa? Se calhar não vai deixar.

Mas falemos do projeto europeu: a ideia de estar num labirinto político, de saída incerta. Essa saída, se quisermos, para uma certa normalidade ou para uma certa respeitabilidade que se perdeu: regressa sozinha ou tem de ser defendida? E nos casos mais de extremos: a democracia regressa sozinha? Ou tem de ser readquirida, defendida?

As suas perguntas são de quem pensa nisto há muito tempo. Nós temos um caminho de pedras afiadas. Os desafios são imensos. O que me parece é que continuar pelo caminho que estamos a seguir, com esta Comissão Europeia e com estas instituições, vai-nos levar ao deserto. Mesmo que não haja guerra, a vida das pessoas vai piorar muito. Os americanos vão exigir que compremos as suas armas, vão exigir que o investimento seja feito no armamento americano. A Alemanha vai tornar-se cada vez mais irrelevante, porque as empresas alemãs estão a registar-se nos Estados Unidos, estão a levar para lá a tecnologia.

E não são só as grandes.

Há cerca de 1.600 empresas, com uma designação técnica engraçada, “campeãs ocultas”: empresas que não aparecem nos jornais, mas dominam tecnologias específicas, essenciais. Essa migração para os Estados Unidos já existia antes, vinha do tempo do Biden. Em 2022, quando ele aprovou a lei da redução da inflação, essa lei dava prémios ao investimento estrangeiro: a reindustrialização norte-americana seria feita também com capital estrangeiro, incluindo capital europeu. Portanto, não se julgue que o rearmamento europeu vai resolver tudo: no limite, alguns gigantes alemães poderão deixar de fabricar tratores e começar a fabricar tanques.

Vão fazer isso?

Mas não é solução. Num mundo em que temos problemas existenciais, ambientais e climáticos, pensar que é através de carros de combate que vamos resolver os nossos problemas é um disparate. E é uma via perversa. Estamos a entrar numa via perversa. Depois não estamos apenas “empurrados” para os 5% do PIB em Defesa porque Trump ou quem vier a seguir “não gosta de nós”. Vão coagir-nos, e têm imensas armas para nos coagir.

Nós temos, por exemplo, uma pedra presa ao tornozelo: o euro. O euro é o dólar da Europa. Está totalmente ligado ao dólar e à Reserva Federal. As primeiras injeções de capital para salvar o euro foram feitas com apoio vindo dos Estados Unidos, não foram feitas por iniciativa autónoma europeia.

O euro tem hipótese de sobreviver?

Refundar o euro implicaria uma inteligência política que eu não vejo na Europa. Sair do euro seria doloroso para todos. Portanto, há um problema gravíssimo: o euro. Há coisas que gostaríamos que acontecessem; outras são as que podem acontecer sem nos cair o teto em cima. Eu digo estas coisas todas sobre os Estados Unidos, mas seria o primeiro a não propor a ideia estúpida de “mandar os americanos embora dos Açores”.



Foto: Glyn Kirk/AFP

Mas perguntava-lhe antes: a democracia regressa sozinha à normalidade? Ou precisa de medidas, de ação política?

Eu penso que, atendendo aos problemas, instituições contaminadas, corrupção na Comissão Europeia, corrupção no Parlamento Europeu, vamos ter uma fase de profunda renacionalização. Portugal tem de se preparar para isso, e não está preparado. Os nossos governantes vivem num mundo de fantasia: “Está tudo bem, juntos estamos fantásticos”.

Afinal, estamos na The Economist, não é?

Exatamente. [Risos] Mas a realidade vai cair-nos em cima, esperemos que não de forma demasiado brutal. Basta que em França ou na Alemanha haja queda dos governos ligados a esta agenda, e os governos mais nacionalistas tomem conta do parlamento, e veremos políticas regressarem de Bruxelas para capitais nacionais. Já devíamos estar a preparar isso.

E em Portugal há coisas inaceitáveis: delapidar território para projetos agrícolas destrutivos do ponto de vista ambiental. a história do lítio, projetos que, em nome da transição energética, destroem terrenos agrícolas, entram em áreas protegidas, Natura 2000, parques naturais. Isto é inaceitável.

E quando olhamos para projetos destes aparecem líderes políticos, governantes, familiares de governantes, até filhos de candidatos presidenciais, com o apelido do pai lá escrito...

Sim. E as grandes empresas. O interesse económico. E a via verde para projetos nefastos dada por organismos que deveriam proteger o ambiente. Perdeu-se a vergonha.

Portanto, eu acho que vamos passar por uma fase de renacionalização. Mas continuo a considerar , e já escrevi isto em vários livros, que no dia em que a Europa se fragmentar, a primeira coisa que os europeus vão fazer, no dia seguinte, é tentar reerguê-la outra vez. Não por gostarmos uns dos outros: porque precisamos uns dos outros.

Queria que me ajudasse a perceber isso. Porque, ao contrário dos Estados Unidos, do Brasil, da Índia, que têm dimensões continentais, a Europa, tirando a Rússia, é pequena. Se não houver aproximação de esforços, somos insignificantes individualmente?

É por isso que eu critico estes governos, PS e PSD, que são iguais em política externa: deitaram fora tudo aquilo que podia fazer de Portugal um país com capacidade de navegar nesta crise. Alinharam no esforço de guerra contra a Rússia, quando não tínhamos necessidade. A Ucrânia não é um país da NATO. O Artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte não se aplica. Nós podíamos, e devíamos, ter votado a favor do respeito pelas fronteiras, claro. Votávamos: sim, foi uma invasão, sim, há um país reconhecido. Mas devíamos ter compreensão estratégica dos nossos interesses.

Estratégica também dos nossos interesses internos?

Sim. Nós não tínhamos interesse em dar armas, nem em entrar nas sanções. Devíamos ser um país com capacidade de mediação. Podíamos ter sido um país de mediação.

A diplomacia portuguesa fez escola no mundo, por exemplo em Timor.

Esse país em que a política externa estava ligada à diplomacia deixou de ter essa componente do diplomata, do negociador, do influenciador, que pode ter uma voz de rigor mesmo sendo pequeno. Nós seguimos caninamente tudo o que vem dos Estados Unidos. Não temos necessidade disso. Temos a sexta língua mais falada do mundo, falada em todos os continentes. O professor Adriano Moreira dizia, e repetiu várias vezes, que a nossa história nos deixou janelas de liberdade. A língua é portuguesa, mas não é só nossa. Não somos donos da língua. Isso dá-nos possibilidade de relações preferenciais com ex-colónias: do Brasil aos países africanos. Temos comunidades portuguesas bem instaladas nos Estados Unidos, na Venezuela, no Brasil, na Europa, em França é uma comunidade importantíssima, na África do Sul. E nunca conseguimos criar uma ligação orgânica e permanente com essas comunidades. Não é levar o Presidente a jantares. É criar mecanismos de ligação para carrear informação, identificar oportunidades de negócio, culturais. Nunca fizemos isso de modo sistemático.

Nós destruímos o Estado, tirámos capacidade ao Estado. Laboratórios públicos foram destruídos. Mecanismos de troca de informação foram destruídos. Às vezes, quando olho para o Estado português, parece que houve uma revolução bolchevique, só que estes bolcheviques são neoliberais: vestem gravata, têm dinheiro nas bolsas internacionais, têm escritórios de advogados à disposição. E têm interesses próprios nas políticas que defendem.